

REFLEXÕES

SOBRE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIAS E FORMAÇÃO DOCENTE

Simone Lucena Marilene Santos Joseilda Sampaio
Organizadoras



 EDITORA
IBERO-AMERICANA



REFLEXÕES

SOBRE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIAS E FORMAÇÃO DOCENTE

Simone Lucena Marilene Santos Joseilda Sampaio
Organizadoras



Bauru
2024



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Reflexões sobre educação, tecnologias e formação docente [livro eletrônico] / organizadoras Simone Lucena , Marilene Santos , Joseilda Sampaio. -- Bauru, SP : Editora Ibero-americana de Educação, 2024.
ePub

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-86839-27-2

1. Educação 2. Tecnologia 3. Prática de ensino
4. Professores - Formação I. Lucena, Simone.
II. Santos, Marilene. III. Sampaio, Joseilda.

24-230785

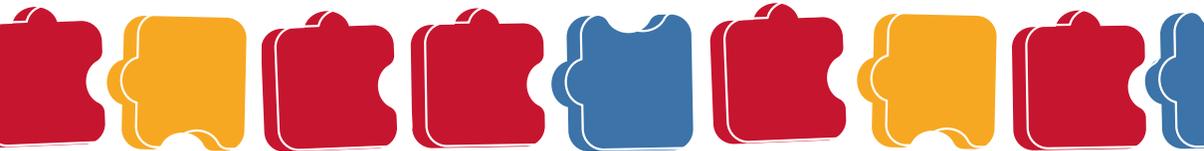
CDD-370.71

Índices para catálogo sistemático:

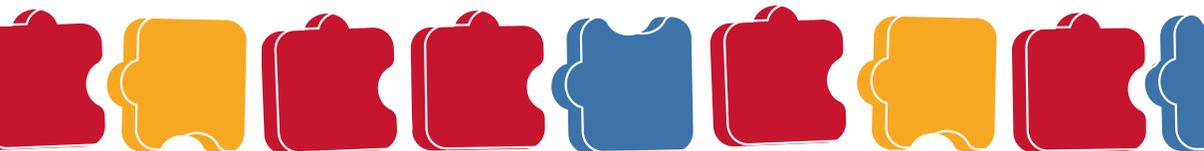
1. Professores : Formação : Educação 370.71

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

DOI: 10.47519/EIAE.978-65-86839-27-2



Simone Lucena
Marilene Santos
Joseilda Sampaio
Organizadoras



Equipe Técnica **Editoração e organização**

Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor

Alexander Vinicius Leite da Silva
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor Adjunto Júnior

Déborah Crivellari
Editora Ibero-Americana de Educação
Editora e Revisora

Andressa Ciniciato
Editora Ibero-Americana de Educação
Assistente Editorial

Jonathan Teixeira
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer e Diagramador

André Luís Cordeiro Lopes
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer, Ilustrador e Diagramador

Membros do Conselho Editorial

Editor

Dr. José Anderson Santos Cruz
FCLAr/Unesp

Editor Adjunto Jr.

Alexander Vinicius Leite da Silva
Unisagrado

Editores Associados

Arielly Kizzy Cunha
FAAC/Unesp

Carla Gorni
Centro Universitário UBM

Ivan Fortunato
Instituto Federal de São Paulo/Ufscar

Editora de Texto e Revisão

Déborah Crivellari
Unisagrado

Assistente Editorial

Andressa Ciniciato
Unisagrado

Editor Operacional

Flávio Moreira
UFSCar



Comitê Científico

Dra. Adriana Campani
UVA

Dr. Alfrâncio Ferreira Dias
UFS

Dra. Ana Paula Santana
UFSC

Me. Anaisa Alves de Moura
INTA - UNINTA

Dr. Ari Raimann
UFG

Dr. Breyenner R. Oliveira
UFOP

Me. Caique Fernando da Silva Fistarol
FURB

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto
Unesp

Dra. Cyntia Bailer
FURB

Dr. Eládio Sebastián Heredero
UFMS

Dra. Elisabete Cerutti
URI

Dr. Emerson Augusto de Medeiros
UFERSA

Dr. Fabiano Santos
UFMS

Dra. Fátima Elisabeth Denari
UFSCar

Dra. Helen Silveira Jardim de Oliveira
UFRJ

Dra. Iracema Campos Cusati
UPE

Dra. Kellcia Rezende Souza
UFGD

Dra. Leonor Paniago Rocha
UFJ

Dra. Liliane Parreira Tannus Gontijo
UFU

Dra. Máira Darido da Cunha
FABE

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Maia Vinagre
Mocarzel
UCP

Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
UCS

Dra. Maria Teresa Miceli Kerbaux
FCLAr (Unesp) – UFSCar

Dra. Marta Furlan de Oliveira
UEL

Comitê Científico

Dra. Marta Silene Ferreira de Barros
UEL

Dra. Mirlene Ferreira Macedo Damázio
UFGD

Dr. Osmar Hélio Araújo
UFPB

Dra. Rosebelly Nunes Marques
Esalq (USP)

Dra. Sandra Pottmeier
UFSC

Dr. Sebastião de Souza Lemes
FCLAr (Unesp)

Dra. Shirlei de Souza Corrêa
Uniavan

Dr. Washington Cesar Shoite Nozu
UFGD

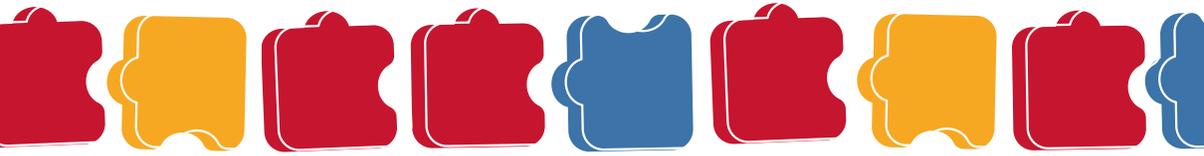
Comitê Internacional

Dr. Sidclay Bezerra de Souza
Universidad Católica del Maule

Dr. João Carlos Relvão Caetano
Universidade Aberta

Dr. Marc Marie Luc Philippe Jacquinet
Universidade Aberta





Agradecemos aos autores pela confiança
em nosso trabalho editorial.

Boa leitura!

Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

Editor

Alexander Vinicius Leite da Silva

Editor Adjunto





ORGANIZADORAS

Simone Lucena - Pós-doutora em Educação (Proped/ UERJ). Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia. Professora do Departamento de Educação (DED) e do Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Líder do Grupo de Pesquisa em Educação e Culturas Digitais (Ecult/UFS/CNPq).

Marilene Santos - Professora da Universidade Federal de Sergipe no Departamento de Educação - DED; no Programa Pós-Graduação em Educação- PPGEDP e no Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais PROF-CIAMB. Líder do grupo de pesquisa Educação e Movimentos Sociais - GPEMS. Coordenadora do Programa Escola da Terra.

Joseilda Sampaio (conhecida como Sule Sampaio) - Pedagoga e Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe, Campus Prof. Alberto Carvalho. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa em Educação e Culturas Digitais (Ecult/UFS/CNPq), desenvolve seus estudos nos campos da criança, infância, brincar e as tecnologias digitais.





AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos professores da educação básica, aos alunos e alunas do curso de Pedagogia do Campus Professor Alberto Carvalho, da Universidade Federal de Sergipe que participaram do III Congresso Internacional de Educação (CONEDUC-UFS) e o IX Encontro Nacional de Educação do Campo, cujo tema principal foi a “Educação, Formação Docente e Interculturalidade”. Ainda, agradecemos a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para os projetos de pesquisa e extensão universitária.

Nossos agradecimentos se estendem à CAPES, que tornou este evento possível por meio do Edital PAEP, e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFS) pelo apoio a esta publicação.

Simone Lucena

Marilene Santos

Joseilda Sampaio





APRESENTAÇÃO

A obra que ora apresentamos, intitulada “Reflexões sobre Educação, Tecnologias e Formação Docente” é uma coletânea que propõe um mergulho nas complexidades, dilemas e desafios que permeiam a educação contemporânea. Este livro representa uma oportunidade àqueles que entendem ser possível repensar a formação docente, considerando os diferentes contextos e desafios que estão presentes na profissão. Compreender esses desafios remete pensar que em tempos de rápidas transformações tecnológicas e sociais, é preciso um olhar mais ampliado para questões fundamentais sobre as mudanças que estão moldando outras formas de educar, aprender e conviver no século XXI.

Os textos da obra foram produzidos por professores e pesquisadores que participaram de mesas e conferências realizadas durante o III Congresso Internacional de Educação (CONEduc), IX Encontro Nacional de Educação do Campo e II Seminário Redes de Pesquisa em Educação e Culturas Digitais na Era da Mobilidade. Esses eventos foram promovidos pelo Departamento de Educação (DEDI) e pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED)

da Universidade Federal de Sergipe, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), através do Edital Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP) de 2021 – 2ª edição.

Esse encontro reuniu professores em formação para discutir suas pesquisas em áreas que se interconectam como educação, comunicação, tecnologia e formação docente. Essas discussões abordam desafios enfrentados pelos professores e ajudam a repensar a formação em tempos digitais, especialmente na educação infantil e na educação do campo. Dito de outra forma, as discussões ensejam um movimento que pode significar uma reflexão mais abrangente sobre a formação docente.

Em um esforço de convergência dos temas que fortalecem o foco e o alcance interdisciplinar da formação docente, esta obra reúne textos em perspectivas diversas, e na esteira das transformações e movimentos sociais, dão centralidade às mudanças para o campo da educação. Os esforços convergiram no sentido de abordar os diferentes referenciais teórico-metodológicos, as proposições e os resultados de pesquisas, acreditando que a combinação de diferentes abordagens pode levar a uma soma qualificada de entendimentos, possibilidades

compreensivas e avanços para a formação docente. Nesta direção, optamos por agrupar os encontros textuais em duas partes.

A primeira parte, que chamamos de **Educação, Comunicação e Tecnologias**, busca articular os temas que discutem sobre a inovação pedagógica e o desenvolvimento de competências em contextos de educação a distância, a pedagogia do enfrentamento de Paulo Freire às notícias falsas, a importância do pensamento computacional na formação de professores, as novas configurações do brincar na era digital, entre outros temas.

Na segunda parte intitulada **Educação e Formação Docente**, os autores abordam os desafios específicos da formação de professores. São discutidos temas como o educar e cuidar na educação infantil, a inclusão na formação docente por meio do PIBITI e os desafios enfrentados para a formação de leitores críticos diante da política do currículo de Sergipe. Além disso, são abordados temas como os desafios e contribuições para a formação do docente que atua na educação do campo, incluindo o fechamento de escolas e as práticas de resistência que surgem nesse contexto. Seja analisando a educação do campo, a educação infantil, as práticas leitoras ou as pesquisas

de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação, a ênfase está na possibilidade de refletirmos sobre a ação docente, a formação do professor e as diferentes maneiras de constituirmos como sujeitos aprendentes e ensinantes na educação.

Ao reunir esses diferentes olhares e experiências, convidamos, então, o leitor a percorrer os diferentes textos, narrativas e posições, a fim de refletirem criticamente sobre o papel da educação em um mundo em constante mudança. E dessa forma, compreender como as novas dinâmicas sociais, culturais e tecnológicas influenciam as práticas educativas e a formação docente, mantendo sempre um compromisso com a inclusão, a justiça social e o respeito à diversidade cultural.

Simone Lucena
Marilene Santos
Joseilda Sampaio



SUMÁRIO

23 PARTE I - Educação, Comunicação e Tecnologias

24 Innovation pédagogique et développement des compétences: Un master à distance en contexte interculturel

Stéphanie GASSE

Thierry ARDOUIN

76 A pedagogia do enfrentamento:
De Paulo Freire às notícias falsas

Fernanda Amorim ACCORSI

101 Pensamento computacional:
Notas para a formação de professores

Fernanda MONZATO

Edméa SANTOS

138 O brincar na cultura digital:
Elementos estruturantes das culturas infantis contemporâneas

Joseilda Sampaio de SOUZA

Maria Helena Silveira BONILLA

174 App-diário na pesquisa-formação:
Uma revisão sistemática da literatura

Rosinângela Cavalcanti da Silva BENEDITO

Simone LUCENA





211 **PARTE II – Educação e Formação Docente**

212 O educar e cuidar na educação infantil

Jamisson Alves SANTOS

Joelma Carvalho VILAR

238 O papel do PIBITI na formação docente:
reflexões à baila da educação inclusiva

Isabela Rosália Lima de ARAÚJO

Mônica Andrade MODESTO

265 Desafios para formação de leitores críticos:
currículos em Sergipe, novos contextos de
aprendizagem e práticas político-cidadãs

Paulo Sérgio da Silva SANTOS

Taysa Mércia dos Santos Souza DAMACENO

Caroline Lima dos SANTOS

298 Educação do Campo e formação docente:
Desafios e contribuições Procampo
e do Pronacampo

Jailda Evangelista do Nascimento CARVALHO

327 Fechamento de escolas no campo:
Formação docente como estratégia
de resistência

Tereza Simone Santos de CARVALHO

Josefa de Lisboa SANTOS





- 360 Educação do Campo: Salas multisseriadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental e os ciclos de formação
Maria Rejane NOGUEIRA
Marilene SANTOS
- 394 PROJOVEM Campo – Saberes da terra: Breve histórico das experiências em Sergipe
Flávia Cristina SANTOS
Alizete dos SANTOS
Maria José da Silva SOUZA





PREFÁCIO

Ao receber o manuscrito do livro “Reflexões sobre Educação, Tecnologias e Formação Docente”, organizado por Simone Lucena, Marilene Santos e Joseilda Sampaio, com a incumbência de escrever um prefácio, vi-me diante de uma obra riquíssima de conteúdo.

A preocupação em torno da formação docente, presente nos capítulos, situa-me em face daquilo que venho me ocupando há quase três décadas, tanto em meu próprio processo de formação como professor – da educação básica, inicialmente, e da educação superior, posteriormente –, como também de minha trajetória como formador de professor. Isso me coloca, de todo modo, como formador de mim mesmo, posto que não é possível pensar os processos professorais de quem atua em cursos de licenciatura e em programas de pós-graduação em Educação apartados de uma autoformação contínua.

A obra também me posiciona no lugar de quem, como professor e como pesquisador da Educação, não pode ficar à parte. Refiro-me à efervescência da tecnologia que provoca a todos e todas a estamos, queiramos ou não, envoltos da necessidade

de nos qualificarmos, todos os dias, para o aprofundamento no arcabouço já consolidado nas pesquisas sobre os diferentes objetos que tomam aspectos diversos das tecnologias como objeto de estudo. Do mesmo modo, há que se (pre)ocupar em conhecer as novidades tanto das pesquisas, como das práticas envolvendo distintas formas e modos de inserção nas culturas digitais próprias das inovações tecnológicas. E ao pensar tais práticas que, de um modo ou de outro, tocam mais ou menos as tecnologias, refiro-me às nossas práticas e às de nossos alunos e sujeitos participantes de pesquisas.

De fato, formar-se professor (como profissionalização inicial e como desenvolvimento na carreira docente) requer de nós mesmos, das instituições de pesquisa e educação superior e, sobretudo, das políticas públicas e, por consequente, do Estado, a constituições e processos contínuos formativos. Tudo isso dentro de um respaldo da sociedade, sem o que o ato de fazer pesquisa e os processos formativos (formação docente e formação humana, em geral) tornam-se difíceis.

Ao voltar o olhar para o livro “Reflexões sobre Educação, Tecnologias e Formação Docente”, registro que este está composto por treze capítulos, os

quais estão distribuídos em três partes. A primeira delas voltada para os capítulos que tratam da relação entre Educação, Comunicação e Tecnologias; a segunda parte se ocupa do debate acerca da Educação e Formação docente; e a terceira parte se debruça sobre temáticas relacionadas à Educação do Campo.

A organização da obra em três partes se justifica pela necessidade de orientar o leitor aos três focos centrais do livro, de modo a possibilitar que os interessados em conhecer o conteúdo das pesquisas dispostas ao longo do livro sigam diretamente para as suas temáticas prioritárias no momento da leitura ou estudo dos capítulos.

Assim, na primeira parte – Educação, Comunicação e Tecnologias – os textos versam sobre inovação pedagógica e desenvolvimento de competências; pedagogia do enfrentamento; pensamento computacional e sua relação com a formação de professores; elementos estruturantes das culturas infantis contemporâneas no que diz respeito ao brincar no contexto da cultura digital; a utilização de aplicativos como diário na pesquisa-formação.

Na segunda parte – Educação e Formação docente – os capítulos apresentam pesquisas que focalizam temáticas como a relação entre o educar e o

cuidar na educação infantil; o papel de programas como o PIBITI na formação docente na perspectiva da educação inclusiva; novos contextos de aprendizagem e de práticas político-cidadãs e os desafios para a formação de leitores críticos.

Na terceira e última parte do livro – Educação do Campo – o livro traz para a centralidade algumas questões contemporâneas da formação docente, de modo a apresentar programas, projetos e processos formativos em contextos camponeses. Desse modo, os capítulos versam sobre desafios e contribuições de programas como o PROCAMPO e o PRONACAMPO e a formação docente para atuação nesses espaços; a formação docente para o enfrentamento e a resistência em face dos processos de fechamento de escolas camponesas; as salas multisseriadas existentes na educação do campo, especificamente nos anos iniciais do ensino fundamental e os ciclos de formação; breve histórico focando experiências sergipanas no Programa PROJovem Campo e os saberes da terra como filosofia e como prática de vida camponesa.

O livro, assim, constitui um convite à reflexão sobre aspectos da vida no campo, notadamente voltados para as questões a educação, mas sem

perder de vista a vida e a cultura campesina. Em outras palavras, a obra convida os leitores a pensar sobre as provocações iniciais que motivaram ou conduziram os pesquisadores e pesquisadoras, autores e autoras das pesquisas apresentadas em cada capítulo, a se debruçarem sobre temáticas que são, a um só tempo, objetos de estudos, mas também se constituem razões políticas e de militância, que movimentam investigadores a se ocuparem das temáticas elencadas.

Claudio Pinto Nunes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)



Desafios para formação de leitores críticos: currículos em Sergipe, novos contextos de aprendizagem e práticas político-cidadãs

Paulo Sérgio da Silva SANTOS¹

Taysa Mércia dos Santos Souza DAMACENO²

Caroline Lima dos SANTOS³

A linguagem é um fenômeno que sempre está em constante mudança, buscando assim atender à necessidade e às transformações da sociedade, no entanto, desde os primórdios de sua origem uma característica é incontestável, a lin-

¹ Doutor em Estudos da Linguagem pela UFRN, professor e chefe do Departamento de Educação da UFS. Membro da diretoria do GELNE (2021-2022) e pesquisador nos grupos GELINS (UFS) e Políticas Linguísticas Críticas (UFSC). Orienta pesquisas em ensino de língua materna, análise crítica do discurso, políticas linguísticas e constitucionalização das línguas.

² Doutora em Estudos da Linguagem pela UFRN, professora de Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa na UFS, e orientadora do Programa Residência Pedagógica de Língua Portuguesa. Atua nos programas de pós-graduação PROFLETRAS e PPGL/UFS, e integra o grupo de pesquisa GELINS. Orienta em ensino de língua materna, análise crítica do discurso, políticas linguísticas e constitucionalização das línguas.

³ Graduada em Letras Português-Inglês pela UFS, com experiência em iniciação científica e docência em inglês. Atualmente, é mestranda em Estudos Linguísticos, pesquisando linguagem, identidade e práticas sociais.

guagem é um fator social e intercultural. À vista disso, ao estudar sobre as práticas de linguagem é relevante pontuar sobre essa especificidade, considerando assim a formação do sujeito mediante o uso da linguagem como prática social, que representa identidades, tornando o ser humano um agente social para o coletivo.

Ao discutir sobre os novos contextos de aprendizagem e práticas do uso e ensino das habilidades de leitura na educação básica, os debates sobre letramento evidenciam-se por se tratar de um conceito recorrente no âmbito educacional. Relativo a essa concepção, Soares (2009, p. 44) declara que letramento “é o estado ou condição de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas sociais de leitura e de escrita”, evidenciando a pertinência da leitura e suas representações discursivas.

Visando a despertar reflexões acerca da importância da temática no processo de ensino-aprendizagem da leitura, que envolvem diretamente o ambiente educacional e as práticas sociais dentro e fora da escola, este texto é parte da pesquisa desenvolvida entre 2020 e 2021 para o projeto PIBIC/COPES/

UFS⁴: “BNCC, currículos e formação de leitores críticos: currículos em Sergipe e práticas político-cidadãs”. A centralidade do estudo constitui-se na investigação de como estão sendo apresentadas as atividades pedagógicas sobre a formação de leitores, mediante a leitura crítica em escolas públicas de Sergipe, explorando novos contextos de aprendizagem.

Atentando-se a essas questões, a Base Nacional Comum Curricular (2017) foi o documento crucial no estudo, conduzindo as demais ponderações que tiveram como fundamento a análise do Currículo de Sergipe (2018) e Referencial Curricular do estado de Sergipe (2013). É importante ressaltar que o Referencial Curricular (2013) é a proposta do estado para o Ensino Médio enquanto o Currículo de Sergipe Etapa Ensino Médio seja validado.

Ademais, com a finalidade de verificar os efeitos da BNCC nas práticas da formação político-cidadã de leitores críticos, intermediados pela disciplina de Língua Portuguesa, propostas curriculares, de instituições pertencentes a rede de ensino de Sergipe, foram coletadas constituindo as

4 PID9666-2020 Leitura crítica e campos das práticas político-cidadãs: representações discursivas, propostas e impactos da BNCC nos currículos de escolas públicas em Sergipe.

reflexões primordiais para as considerações finais. Dessa forma, os novos contextos de ensino foram averiguados mediante as orientações dos currículos, a partir dos campos de atuação da linguagem, apresentando as competências específicas em propostas de ensino de Língua Portuguesa e Letramento Crítico aplicadas nas escolas do estado em foco.

A análise inicial realizou-se nos campos de atuação do componente de Língua Portuguesa da Base Nacional Comum Curricular, guiando assim as buscas a respeito da influência da base nos demais documentos diretórios inerentes não só as práticas docentes, mas também às propostas de formação de professores de Língua Portuguesa. Assim, foi possível coletar nove Projetos Políticos Pedagógicos de escolas básicas da rede estadual de ensino em Sergipe, compreendendo instituições que fazem parte de seis diretorias regionais, favorecendo reflexões acerca da formação de leitores críticos, tal como, quais são as propostas mais evidentes para esse fator no ensino de Língua Portuguesa a ser pensada também para os novos contextos de formação docente.

Desenvolvimento

BNCC e novos contextos de formação de leitores

A Base Nacional Comum Curricular é um documento diretório educacional que intenciona apresentar as aprendizagens que se fazem necessárias a serem desenvolvidas pelos alunos durante sua formação. À vista disso, será estudado os impactos da BNCC nas práticas político-cidadãs no ensino de Língua Portuguesa, tal qual, os segmentos das diretrizes que impactaram nos currículos de Sergipe.

Antes de propriamente abordar sobre o componente da Língua Portuguesa, voltemos a atenção para alguns quesitos evidenciados nos textos introdutórios do documento da BNCC. Para tal, a base apresenta o conceito do termo “competência” que será bastante explorado no decorrer de todo o texto, salientando assim que

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2017, p. 8).

Ademais, é explanado que o sistema de desenvolvimento de competências tem direcionado diversos estados e municípios na elaboração dos seus próprios currículos para a educação. Desse modo, atentando-se a essa questão, possibilitará uma melhor compressão das competências que serão expressas em todos os componentes curriculares.

Isto posto, na introdução da área de linguagens é evidenciado as interações das práticas sociais que acontecem por intermédio de múltiplas linguagens como por exemplo a visual, verbal, corporal, sonora e digital. Além disso, é destacado as possibilidades de construção de valores, culturais, morais e éticos nas atuações através das linguagens. Assim é apresentado o componente de Língua Portuguesa em que é centralizado o texto como a unidade de trabalho, buscando que diversos contextos sejam explorados para melhor desenvolvimento do aluno na língua. À vista disso, é prontamente acentuado a relevância da construção da criticidade para a atuação em práticas sociais atribuindo assim

Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar às estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa

e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/ constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens. (Brasil, 2017, p. 67).

Tratando-se da diversidade do estudo dos gêneros textuais, é mencionada a pertinência do espaço educacional integrar as suas práticas a reflexão sobre os gêneros digitais e, conseqüentemente, as informações que circulam nos mesmos. Assim, os novos contextos de ensino-aprendizagem, tal como os letramentos são apontados adjunto a necessidade em formar cidadãos que façam o uso de informações veiculadas em meios digitais com caráter crítico e ético.

Antecedente aos campos de atuação da linguagem, o documento apresenta os quatro eixos de integração, eixo leitura, eixo da produção de textos, eixo da oralidade e eixo da análise linguística/semiótica, que se interligam as práticas de linguagem. Referente ao eixo leitura, concernente aos objetivos da pesquisa, é realçado propostas a serem trabalhadas mediante ao texto com temáticas sociais que possibilite ao aluno “sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter mais conhecimento que permita o de-

envolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades” (Brasil, 2017).

Isto posto, os eixos mencionados são organizados a partir de outra classificação no documento, os campos de atuação são apontados como importantes para que assim as situações da vida social sejam contextualizadas a partir de contextos relevantes para os alunos. Relativo à escolha dos campos de atuação, a BNCC articula sobre a importância em abordar o uso da linguagem dentro e fora do âmbito escolar, preconizando “o exercício da cidadania, que envolve, por exemplo, a condição de se inteirar dos fatos do mundo e opinar sobre eles, de poder propor pautas de discussão e soluções de problemas, como forma de vislumbrar formas de atuação na vida pública” (Brasil, 2017).

Discorrer sobre letramento crítico, tal qual o campo de atuação das práticas político-cidadãs, é estar interligado a debater sobre os direitos humanos e assim a Base Nacional Comum Curricular evidencia que

Os direitos humanos também perpassam todos os campos de diferentes formas: seja no debate de ideias e organização de formas de defesa dos direitos humanos (campo jornalístico-midiático e campo de atuação na

vida pública), seja no exercício desses direitos – direito à literatura e à arte, direito à informação e aos conhecimentos disponíveis (Brasil, 2017, p. 86).

No componente Língua Portuguesa para os anos finais do Ensino Fundamental, é desenvolvido com mais propriedades sobre o Campo Jornalístico-Midiático, Campo de atuação na vida Pública, Campo das Práticas de Estudo e Pesquisa e Campo Artístico-Literário. Diante disso, aprofunda-se sobre os gêneros que circulam em todos os campos de atuação e conseqüentemente já fazem parte do cotidiano dos adolescentes em sala de aula, tal como, a partir dos campos de atuação e suas propostas para a formação do leitor contemporâneo, é visível como esses gêneros circulam em mais de um campo e assim promove o trato do letramento crítico em diversos contextos.

O componente Língua Portuguesa na etapa do Ensino Médio na BNCC, apresenta-se com habilidades, competências e por Campos de Atuação Social, assim como é organizada a etapa do Ensino Fundamental, no entanto, não há indicação de serialização nessa etapa. Outro fator que difere a área de Linguagens e suas tecnologias no Ensino Médio é o acréscimo de um campo de Atuação Social (na

etapa anterior intitulado por campo de atuação da linguagem), nomeado por o Campo da Vida Social.

O currículo de Sergipe as propostas aos novos contextos

O Currículo de Sergipe que contempla a Educação Infantil e Ensino Fundamental é resultado de consultas públicas feitas a professores, gestores escolares, tal qual outros profissionais que agregam o âmbito educacional do estado. Assim como afirma o documento, o currículo de Sergipe foi formulado à luz da BNCC, evidenciando esse fator preliminarmente em sua capa, a qual apresenta a Base Nacional Comum Curricular no formato do mapa do Brasil refletindo o estado de Sergipe que representa o currículo projetado.

No texto de apresentação da etapa do Ensino Fundamental é relatado sobre a importância em desenvolver as mais diversas habilidades dos alunos, assim como o direito dos mesmos a ter acesso a aprendizagem. Em seguida, é exposto sobre os resultados da Prova Brasil, que consiste em exames aplicados nos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental para verificar a qualidade do ensino, afirmando que para os anos finais, o alcance da meta prevista

pelo MEC está distante de se efetivar para o Estado de Sergipe (Brasil, 2017). Recordando que o componente de Língua Portuguesa tem foco na leitura nas aplicações desse referido exame.

A Língua Portuguesa é apresentada no texto de introdução do componente com algumas menções de fatores históricos sobre a língua no país, bem como é logo associada às práticas pedagógicas que apontam a BNCC. Referente ao ensino em si da Língua Portuguesa, o documento dialoga com a concepção que

O currículo sergipano visa desenvolver, no aluno, a consciência no uso da língua materna, seja oral ou escrita, promover os multiletramentos com o auxílio das ferramentas digitais e do trabalho com os gêneros discursivos, habilitando-o para as práticas de comunicação social, tornando-o um ser crítico e capaz de adquirir realizações, tanto pessoais quanto profissionais perante o mundo contemporâneo (Sergipe, 2018, p. 267).

Uma vez que o currículo é fundamentado na Base Nacional, da mesma forma apresenta os quatro campos de atuação, Campo artístico-literário, Campo das práticas de estudo e pesquisa, Campo jornalístico/midiático e Campo de atuação na vida

pública, em sua estrutura. Os eixos, leitura de textos, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica, também são recortes da BNCC que agregam ao currículo Sergipano.

O Currículo de Sergipe não apresenta definições acerca dos Campos de Atuações e os eixos que são interligadas as práticas da linguagem, nem maiores explanações a respeito desses segmentos. No intuito de analisar as influências que a base exerce no documento, após observações das habilidades que integram os quatro Campos de Atuação, foi constatado que todas as habilidades são recortes da BNCC, nesse caso, as propostas para formação de leitores críticos e atuantes na sociedade no documento em questão são reflexos da Base Nacional.

O Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino de Sergipe, também contribuirá com os estudos sobre as orientações para a formação de leitores críticos. Ressalta-se que não será feito uma análise na perspectiva de influências que a BNCC exerce no referido documento, uma vez que o Referencial foi homologado no ano de 2013 e a BNCC no ano de 2017. No entanto, como o currículo é a proposta vigente utilizada no Ensino Médio, torna-se assim relevante a sua colaboração para esta pesquisa.

O componente de Língua Portuguesa é apresentado mediante a contextualização histórica sobre sua trajetória no país, bem como sua necessidade de ensino. Além disso, é mencionado que o currículo segue orientações ancoradas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e sua estrutura seriada apresenta os tópicos: Competências gerais, Habilidades, Conteúdos e Conceitos Básicos.

No que diz respeito ao ensino de leitura no 6º ano, é debatido sobre a aquisição da cidadania e integração na sociedade através da linguagem e assim é proposto atividades de leituras com o uso dos gêneros textuais antologia, contos, fábulas, apólogos, poemas, crônicas e cordéis. O 7º ano do Ensino Fundamental, indica novamente a linguagem como fator social, no conteúdo leitura, tal qual discute sobre a leitura em diversos gêneros para que assim seja trabalhado a intencionalidade discursiva deles. Ademais, é sugerido o trabalho com os gêneros histórias em quadrinhos, matérias jornalísticas e panfletos turísticos, sendo o trabalho com textos jornalísticos, assim como demais textos, importantes para o desenvolvimento da criticidade em relação a questões sociais.

O 8º ano retrata orientações semelhantes ao 7º ano, no que diz respeito às competências gerais e habilidades para o conteúdo leitura, ressaltando o trabalho de variedades linguísticas da língua mediante a gêneros já mencionados tal qual os gêneros artigo de opinião, notícia, editorial e resenha que se enquadram na categoria de textos jornalísticos. O 9º, último ano da etapa do Ensino Fundamental, além de remeter algumas questões das competências gerais anteriores sugere a formulação de hipóteses sobre os textos utilizados para a leitura, mencionando novos gêneros para as atividades como paródia, publicidade e charge.

O Referencial Curricular do ensino de Língua Portuguesa para o 1º ano do Ensino Médio é subdividido em duas categorias, Linguagem e Língua, e a Literatura e outras manifestações culturais. No que diz respeito à categoria Linguagem e Língua, no tópico conteúdos não tem uma menção direta sobre o desenvolvimento da leitura como na etapa do Ensino Fundamental, no entanto nas competências gerais, habilidades e conceitos básicos é proposto o estudo de aspectos estruturais na língua para o trabalho com textos orais e escritos. No segmento voltado para o ensino da Literatura e

outras manifestações, o currículo preconiza práticas mediante a leitura de textos literários de forma crítica, intencionando refletir sobre suas características, funções e contexto.

No 2º ano do Ensino Médio, os direcionamentos para a formação do leitor aproximam-se das práticas político-cidadãs, uma vez que é debatido sobre a interação autônoma dos alunos com textos como leis, estatutos, regulamentos, para que eles sejam atuantes ao analisar elementos como a circulação, finalidade, intencionalidade, intertextualidade nesses gêneros em sociedade. A subdivisão literária dessa série apresenta pontos relevantes para a discussão em textos literários, como a manifestação de ideologias, o papel da mulher na literatura brasileira tal qual o papel do negro na identidade nacional.

O último ano do Ensino Médio, o 3º ano, não apresenta as subcategorias dos anos anteriores, mas de forma sintetizada trata sobre aspectos gerais da língua e alguns tópicos de literatura. Ademais, é retomado conceitos tratados nos conhecimentos gerais do Ensino Fundamental, como o uso da língua na participação da cidadania e integração social, bem como faz referências ao estudo da sintaxe. Concluindo as investigações nos três documentos

diretórios educacionais que veicula no estado de Sergipe, é visível que a formação de leitores ainda é uma temática a ser aprimorada e desenvolvida com mais propostas mais operantes.

Subsequente a fundamentação dos documentos diretórios da rede de ensino do estado de Sergipe, sobretudo os efeitos decorrentes da Base Nacional Comum Curricular, encaminha-se os discernimentos sobre a temática para os currículos de escolas de educação básica. De tal forma, com o objetivo de analisar a formação de leitores críticos atrelados a formação político-cidadã, sucedeu-se investigações em propostas curriculares de instituições educacionais

Visitando documentos locais: Projetos político-pedagógicos da/na escola e as práticas político-cidadãs

Portanto, para as averiguações foi necessário a leitura de Projetos Políticos Pedagógicos de escolas sergipanas, tal como embasamento teórico sobre propostas curriculares e letramento crítico. Isto posto, a rede de ensino de Sergipe é subdividida em dez diretorias regionais de educação, sendo que

as percepções desse ensaio abarcam entidades de seis DREs, ou seja, 60% do conjunto.

Especificamente, as instituições que forneceram os documentos para contribuir com a pesquisa foram: CEPN-Colégio Estadual Paulino Nascimento (Aracaju-DEA), CEAA-Colégio Estadual Alceu Amoroso (Aracaju-DEA), CEAR-Colégio Estadual Arabela Ribeiro (Estância-DRE1), EEJCA-Escola Estadual José Conrado de Araújo (Salgado-DRE1), CEEM- Colégio Estadual Dr. Evandro Mendes (Lagarto-DRE2), CESR-Colégio Estadual Sílvio Romero (Lagarto-DRE2), CEPJS-Colégio Estadual Poeta José Sampaio (Carmópolis-DRE4), CEAB-Colégio Estadual Almirante Barroso (Muribeca-DRE6) e o CEAG-Colégio Estadual Armin-do Guaraná (São Cristovão-DRE8).

pandindo assim as reflexões sobre os currículos de escolas da educação básica de Sergipe, no que se refere ao letramento crítico.

Referente à disposição dos documentos, o primeiro aspecto que se destaca é sobre a atualização dos currículos, uma vez que se ressalta propostas datadas antes da homologação da BNCC, dessa forma, não apresentando referências sobre a Base Nacional Comum Curricular, tal como sendo apresentado gestores e um contexto diferente da situação atual. Sobre essa questão, é relevante ressaltar que

Uma proposta pedagógica expressa sempre os valores que a constituem, e precisa estar intimamente ligada à realidade a que se dirige, explicitando seus objetivos de pensar criticamente esta realidade, enfrentando seus mais agudos problemas. (Kramer, 1997, p. 21)

Sendo que a proposta curricular é um documento importante para a educação, a ausência de adaptações para que se atenha às necessidades do seu público é prejudicial para toda comunidade escolar. Ademais, após a exploração em nove Projetos Políticos Pedagógicos, evidencia-se escolas que dissertam sobre o projeto de séries que não são mais

ofertadas pela instituição, sendo o documento mais atual do ano de 2021 e o mais antigo do ano de 2016.

Toda a comunidade escolar é destacada nas concepções das propostas pedagógicas de todos os currículos, sendo assim, as orientações são frutos da equipe gestora, alunos, pais, professores e a comunidade de cada colégio. Evidencia-se as menções a respeito da realidade local como pilar para a construção do PPP, atrelando-se a percepção que “toda proposta é situada, traz consigo o lugar de onde fala e a gama de valores que a constitui; traz também as dificuldades que enfrenta, os problemas que precisam ser superados e a direção que a orienta” Kramer (1997, p. 19), no entanto no que concerne às práticas pedagógicas não é observado essa ponte entre essas duas concepções, ensino e local, como premissa para novos contextos de aprendizagem.

As características dos discentes são explanadas mediante a especificidades sobre sua comunidade, tal qual o seu poder aquisitivo, tendo assim como ênfase a descrição de um perfil de alunado que pertence a comunidades urbanas, rurais, em certos momentos descritas como violentas e com baixo poder econômico. A partir dessas particularidades, o exercício da cidadania e a qualificação

para o mercado de trabalho são concepções de ensino recorrentes nas propostas, tal como a diminuição da evasão e distorção de idade/série, problemática que aparece com frequência nos textos.

À vista desses artefatos, é importante que ao estruturar os princípios para a formação leitura que essas questões sejam consideradas como relevantes nesse processo, o aluno primordialmente precisa compreender a sua realidade e suas dificuldades, tal como sua função enquanto cidadão, para que assim ao estar em contato com a habilidade de leitura esteja hábil para atuar com criticidade, dado que

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (Freire, 1989, p. 9).

A Base Nacional Comum Curricular, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Referencial Curricular do estado de Sergipe e Currículo de Sergipe norteiam as concepções das propostas curriculares analisadas. Dentre esses documentos diretó-

rios ressalta-se a BNCC e o Referencial Curricular, dado as constantes menções nas propostas sobre a adesão das orientações, competências e habilidades preconizadas por esses textos para a educação.

Com relação aos Projetos políticos pedagógicos desatualizados, conseqüentemente com poucas influências da Base Nacional, é realçado a fundamentação a partir das diretrizes da LDB e o Referencial Curricular que foi efetivado no ano de 2013. Outrossim, os colégios que ofertam as séries do Ensino Médio, não fazem referências ao Currículo de Sergipe, uma vez que esse dado documento abrange apenas a educação infantil e ensino fundamental, recorrendo-se assim a BNCC e o Referencial que devido a data de sua legalização pode ser considerado como desatualizado.

Previamente, salienta-se que o objetivo inicial da BNCC é orientar a construção dos currículos de escolas brasileiras, entretanto, a realidade da instituição, ou seja, o contexto que a mesma está inserida, deve ser ponto crucial para o desenvolvimento da proposta. Dessa forma, os planejamentos curriculares, mesmo tendo como norte as concepções de ensino estabelecidos no decorrer da Base, necessita realizar adequações que garanta a valorização

da comunidade da escola, além do conhecimento prévio dos discentes inseridos nesse contexto.

No entanto, ainda que os currículos investigados pautem sobre a relevância de adaptações e ampliações das concepções da BNCC para atender as demandas da instituição, não é evidenciado ou detalhado sobre como poderia suceder-se esse diálogo no documento. Posteriormente, é possível constatar ao analisar os componentes curriculares separadamente que a adaptação não ocorre nas propostas curriculares, sendo assim reproduzido de modo integral as aprendizagens essenciais que são destacadas pela BNCC. Além disto, os planejamentos que relatam sobre possíveis adaptações respaldam-se no Currículo Sergipano, documento este discutido anteriormente, o qual possui como forte característica a construção “à luz da BNCC”.

Essas percepções sobre adequações de propostas condizentes a realidade das suas comunidades e conseqüentemente das vivências de seus discentes é relevante para a discussão sobre a formação política-cidadã, uma vez que

Não se pode falar de uma proposta, mas, sim, de várias, porque são múltiplas as situações que o Brasil congrega, porque são diversificadas as formas de concretização de uma dada

proposta em uma mesma localidade, porque são desiguais as condições concretas em que acontecem as práticas educativas, os contextos em que estão inseridos os profissionais e as populações com que trabalham. Essa realidade é múltipla e, por isso, carece de propostas também múltiplas. (Kramer, 1997, p. 22)

Ao realizar uma sucinta comparação dos documentos, ressaltando os documentos mais atualizados, nota-se uma tentativa maior de tentar atrelar as concepções, competências e habilidades da BNCC e Currículo de Sergipe às necessidades de seu público. De tal forma, é mencionado a relevância do conhecimento prévio dos alunos, tal qual é realçado questões sociais que constituem o cotidiano do alunado. Vejamos:

Quadro 1 – Formação de Leitores Críticos, novos contextos de aprendizagem e análise das propostas político-pedagógicas

ESCOLA/ diretoria regional	OBJETIVOS ÁREA DE LINGUAGEM	NOVOS CONTEX- TOS DE APRENDI- ZAGEM	CONCEPÇÕES DE LEITURA/forma- ção de leitores
CEPN5 - DEA	Competências e habi- lidades da BNCC.	Direitos humanos e violência contra crianças.	Leitor literário.

5 Escolas já apresentadas no decorrer do capítulo. Usamos a sigla.

CEAA - DEA	Incentivo ao hábito da leitura relacionado as práticas sociais.	Temas sociais sobre direitos humanos.	Estímulo ao hábito da leitura.
CEAR - DRE 01	Concepções básicas do uso social da língua.	Temas do PCN.	Decodificação, interpretação e formação do leitor literário.
EEJCA- DRE 01	Breves recortes da BNCC e Currículo de Sergipe.	Temas contemporâneos versados na BNCC.	Não há menção específica.
CEEM- DRE 02	Criticidade atrelando o conhecimento prévio do aluno.	Temas do PCN.	Leitor crítico e literário.
CESR- DRE 02	Objetivos do Referencial Curricular de SE.	Educação ambiental.	“Domínio” da leitura e leitor literário.
CEPJS - DRE 04	Concepções básicas do uso social da língua.	Não especificado.	Leitor proficiente.
CEAB - DRE 06	Trabalho com gêneros, gramática e literatura.	Temas sociais sobre direitos humanos e cultura.	Leitor literário e apto para interpretações.
CEAG - DRE 08	Concepções da proposta da SEED.	Não especificado.	Leitor de histórias infanto-juvenil.

Especificamente na área de linguagens, é assídua a alusão sobre as dez competências gerais da BNCC, bem como as competências específicas do componente de Língua Portuguesa e oito princípios norteadores do Currículo de Sergipe. Tal qual, além das concepções gerais sobre a Língua Portuguesa advindas da Base Nacional, não há detalha-

mento sobre as práticas da disciplina nem adaptações de acordo com o contexto da escola, assim como não é mencionado sobre as propostas para a leitura dos alunos fundamentadas em práticas sociais ressaltadas pela BNCC.

Em algumas propostas curriculares a disciplina de Português é destacada como um dos componentes que gera os índices de reprovação das instituições. Ainda referente a essa informação, ao ser mencionado os índices na Prova Brasil, evidencia-se que os resultados em Língua Portuguesa não são satisfatórios, sendo assim apresentado uma aprendizagem inadequada para a língua, ressaltando-se que a prova em questão avalia os alunos nesse componente a partir da leitura e interpretação de textos.

Acerca das discussões sobre a habilidade de leitura e a formação do leitor para as práticas político-cidadãs, vinculadas aos conceitos de Letramento Crítico, as breves menções em alguns programas sobre o trabalho da leitura são inquietantes. Visto que, “não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente” (Soares, 2009, p. 20), situações como essas em que pouco há estra-

tégias para a construção do leitor crítico e atuante na sociedade, por mais que as instituições realcem propostas atreladas a habilidade de leitura, estas se detêm em relação à proficiência.

Em continuidade a esses contextos questionáveis que se sobressaem, é explanado sobre a preocupação em direcionar os alunos a ter um contato com a leitura mediante a interpretação do conteúdo lido. Sendo, então, predominante que trabalhar com o componente de Língua Portuguesa nos níveis fundamental e médio, a habilidade de leitura não estabelece associações consideráveis com as práticas sócias e a formação do leitor crítico, em suma destaca-se a decodificação, interpretação e formação do leitor literário.

Em concordância com os teóricos Leite, Botelho (2011, p. 7), enfatiza-se que “no contexto atual da educação é preciso que a leitura e a escrita na escola também tenham função social”. A escola tem a função de proporcionar um ensino em que o aluno tenha a possibilidade de utilizar os conhecimentos adquiridos em suas práticas sociais. Logo, a comunidade escolar e em especial o docente, tem a responsabilidade de proporcionar a seus alunos caminhos que a partir do trabalho com a leitura

crítica resultem em um cidadão competente para a sociedade, uma vez que

O Letramento Crítico (LC) tem como objetivo a formação de cidadãos que se tornem agentes em um mundo mais justo por meio da crítica aos atuais problemas políticos e sociais mediante questionamentos das desigualdades, com incentivo de ações que visem a mudanças e soluções pautadas na justiça e na igualdade (Sardinha, 2018, p. 1).

Todavia, embora a visão geral de todos as propostas analisadas não seja adequada às necessidades atuais, das práticas sociais e questões sobre letramentos são mencionadas e associadas às práticas de leitura que devem ser desenvolvidas pela instituição específica, mencionada anteriormente por ter o documento mais atualizado. A proposta curricular destaca que o planejamento do colégio leva em consideração os resultados das atividades dos anos anteriores, tal como destaca o letramento para que assim a leitura seja a base de todas as disciplinas, destacando que o planejamento do colégio leva em consideração os resultados das atividades dos anos anteriores, tal como destaca o letramento para que assim a leitura seja a base de todas as disciplinas.

Dessarte, as competências são atreladas a organização curricular que no componente de Língua Portuguesa destaca na habilidade de leitura, propostas com os gêneros propaganda comercial, Notícia jornalística/entrevista (relatar), Estatuto, regulamento, normas e leis, Artigo de opinião, carta de solicitação/reclamação. Sendo assim gêneros que possibilitam o trato dos anseios dessa pesquisa, a formação de leitores críticos em práticas sociais da língua, tal como evidencia a importância da adequação da proposta a seu contexto, tal qual tem a leitura como uma prática social.

Considerações finais

Diante de todas as informações expostas relativas às investigações concernentes ao tema, destaca-se a pertinência das reflexões resultantes que possibilitam uma determinada visão, sobre o tópico no âmbito educacional sergipano e os novos contextos de aprendizagem da leitura. As considerações sobre qual o perfil de leitor é reforçado por esses documentos curriculares sinalizam que “nosso problema não é apenas ensinar a ler e a escrever, mas é, também, e sobretudo, levar os indivíduos - crianças e adultos - a fazer uso da leitura e da es-

crita, envolver-se em práticas sociais de leitura e de escrita” (Soares, 2009, p. 58).

Nas práticas pós-modernas de um mundo pós-globalizado e multiletrado, é necessário ater-se nos quesitos de multiletramentos e nas práticas sociais para que as condutas pedagógicas, no que se refere à mediação da leitura, tenham como especificidades o teor social, a língua e identidade, cultura e manifestação em sociedade, tal como a habilidade de leitura.

Após a análise inicial para o trabalho da Base Nacional Comum Curricular, enquanto documento nacional que influencia demais currículos escolares em toda a região do país, procedeu em elementos a serem verificados no decorrer da pesquisa. Assim, verificou-se que a BNCC estabelece uma grande influência nos currículos regionais e institucionais, no entanto, prevalece a falta de adaptações no intuito de aproximar-se da realidade de cada escola, tal como a défice de um foco significativo sobre ações que envolvam o Letramento Crítico.

Os documentos diretórios nacionais e regionais são suportes de extrema relevância para a educação brasileira, os mesmos não devem ser vistos como regras absolutas a serem seguidas. Na medi-

da que há a organização dos currículos individuais das instituições escolares, tal como, os professores podem utilizar-se de estratégias para ir da proposta curricular disponível e assim atender de forma mais significativa as necessidades de seu público. Tendo em consideração que a escola deve “possibilitar que seus alunos possam participar das várias práticas sociais que se utilizam da leitura e da escrita (letramentos) na vida da cidade, de maneira ética, crítica e democrática” (Rojo, 2009, p. 107).

Certamente, a extensão desses debates para a pesquisa de campo proporcionaria em contribuições significativas ao tema e, conseqüentemente, ao ensino. Assim, conclui-se que a formação do leitor, sobretudo, a formação do leitor crítico e atuante para com a sua sociedade é uma temática que requer atenção, dado a sua relevância para as condutas pedagógicas em Língua Portuguesa que estão sendo desenvolvidas na educação básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso: 10 jan, 2021.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. [S. l.]: Cortez editora, 2017. v. 22.

KRAMER, S. Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. **Educação & Sociedade**, v. 18, p. 15-35, 1997.

LEITE, J. A. de O.; BOTELHO, L. S. Letramentos múltiplos: uma nova perspectiva sobre as práticas sociais de leitura e de escrita. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, n. 10, p. 1-21, 2011.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SARDINHA, P. M. M. Letramento crítico: uma abordagem crítico-social dos textos. **Revista Linguagem e Cidadania do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 20, p. 1-17, 2018.

SERGIPE. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular: Rede Estadual de Ensino de Sergipe**. Aracaju: SEED, 2013.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. [S. l.]: Autêntica, 2018.